

O UNIVERSO DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Adriana Romeiro*

O Palácio de Ega, localizado na Calçada da Boa Hora, no Restelo, é um edifício amplo, todo branco, construído no primeiro quartel do século XVIII e reformado na primeira metade do século XIX. Nele está instalado o célebre Arquivo Histórico Ultramarino, um dos mais importantes arquivos para a história do Brasil. Em suas dependências acotovelam-se ainda hoje estudiosos saídos dos antigos domínios coloniais portugueses, reproduzindo em escala reduzida, a diversidade de um império onde o sol nunca se punha.

Explorado e prospectado ao longo de dezenas de anos, o Arquivo Histórico Ultramarino continua a ser uma referência obrigatória para os historiadores brasileiros. Mesmo o relativo ofuscamento da história política e administrativa, verificado nos últimos anos, só fez comprovar a extrema diversidade dos fundos conservados nessa instituição, trazendo à luz peças documentais pouco conhecidas.

Seu acervo compreende a documentação proveniente do antigo Conselho Ultramarino, o órgão responsável por todas as esferas da administração portuguesa no ultramar. Fundado em 1643, ele atuava então sob a presidência de um “vedor da fazenda da repartição da Índia” e contava com dois conselheiros saídos da nobreza militar, além de um “letrado”, todos eles assistidos por um secretário. À exceção dos assuntos eclesiásticos, todos os

* Doutora em História pela Unicamp. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

negócios relativos às colônias deveriam ser submetidos à apreciação do Conselho. Era a ele também que o rei recorria quando compelido a tomar alguma decisão, solicitando pareceres freqüentemente acatados.

De acordo com o decreto original de 1642, os membros do Conselho Ultramarino deveriam ser recrutados entre aqueles que possuíam alguma experiência com o universo colonial. Ex-governadores ou ex-vice-reis, quando de volta a Portugal, eram freqüentemente nomeados para o Conselho, cargo altamente prestigioso na sociedade portuguesa. Assim ocorreu, por exemplo, com Salvador Correia de Sá e Benevides, credenciado em 1644 como perito em assuntos brasileiros, depois de ter atuado como governador da capitania do Rio de Janeiro.

A rotina do Conselho refletia as dimensões hercúleas de sua missão. Reunia-se diariamente, à exceção de domingos e dias santos, a partir das sete horas da manhã, no verão, e das oito, no inverno. As segundas, terças e quartas-feiras eram reservadas aos negócios da Ásia e da África Oriental; as quintas e sextas-feiras, aos do Brasil; e os sábados, aos da África Ocidental e ilhas de Cabo Verde. Quando o assunto em pauta exigia certa urgência, o Conselho podia se reunir imediatamente, independente de feriado ou não. As sessões podiam ser iniciadas por alguma solicitação do rei, que submetia a matéria à apreciação dos conselheiros, ou por iniciativa do próprio Conselho, que pedia a decisão real sobre um determinado assunto. Cada conselheiro tinha direito a voto e a um parecer que, devidamente registrados pelo secretário, eram conduzidos à deliberação do rei. A leitura desses documentos nos revela o quanto pesava a experiência colonial dos conselheiros em tais juízos: o monumental estudo de Evaldo Cabral de Melo sobre a Guerra dos Mascates propicia, por exemplo, uma visão interessante da ação do Conselho, possibilitando mesmo ao historiador reconstituir o perfil singular de cada um dos seus membros.

Em resumo, ao Conselho Ultramarino cabiam todos os negócios coloniais, desde as questões mais rotineiras até as de alta política, assemelhando-se muito, como notou Charles R. Boxer, ao célebre *Consejo de las Indias*, seu congênere espanhol. Em 1833, depois de quase duzentos

anos de funcionamento, ele foi desativado, sendo substituído pelo Ministério das Colônias.

Primeiramente denominado Arquivo Histórico Colonial, o Arquivo Histórico Ultramarino originou-se do Arquivo da Marinha e Ultramar, e esteve, como tal depositado até 1931 na Biblioteca Nacional de Lisboa. O acervo está dividido em duas seções: a primeira compõe-se da documentação proveniente do antigo Conselho Ultramarino e da antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. A segunda seção é constituída pela documentação vinda do Ministério das Colônias recolhida a partir de 1834. Numa passagem, que merece ser transcrita aqui, Virgínia Rau alude à riqueza excepcional desse arquivo, onde “se encontra guardada a mais variada documentação relativa à história política, administrativa, econômica e financeira das colônias portuguesas”. Como já foi dito, todos os negócios, à exceção dos eclesiásticos, passavam invariavelmente pelo Conselho Ultramarino: daí seguiam para o Império as leis, cartas régias, provisões, consultas e instruções referentes a todos os pormenores da administração colonial; aí chegavam as queixas, requerimentos, representações e petições tanto dos moradores quanto dos agentes da Coroa portuguesa.

No que respeita ao Brasil, a documentação compõe-se de códices, documentos avulsos, mapas, plantas e desenhos, e tem como limite os anos de 1548 e 1837. Segundo Caio Boschi, são 1842 caixas, contendo mais de 240.000 documentos avulsos, cerca de 600 peças iconográficas e 560 códices. Todos os códices foram objeto de inventário por parte de Alberto Iria, da antiga Junta de Investigações Científicas de Ultramar e do Instituto de Investigação Científica Tropical, de modo que ao pesquisador é suficiente um rápido exame desses catálogos para conhecer a extensão do acervo em forma de códices.

A documentação avulsa encontra-se em caixas organizadas segundo as capitanias. A maior parte delas está totalmente catalogada e inventariada. Também aqui bastará ao pesquisador a consulta aos catálogos disponíveis, além é claro, do conhecimento rigoroso da divisão administrativa ao longo do período colonial. As caixas que ainda não foram objeto de seleção possu-

em, via de regra, algum tipo de ordenação, geralmente de natureza espaço temporal. À divisão por capitania, sucede o ordenamento cronológico. A consulta é muito facilitada pelo fato de existir, nos diversos inventários disponíveis, um breve resumo do conteúdo do material. É conveniente que o estudioso faça um levantamento geral dos índices antes de se enfronhar pelo Ultramarino. Além de valer como um ótimo exercício para aprender o funcionamento do antigo Conselho, ele permitirá selecionar o elenco de documentos a serem consultados. Pode-se dizer, sem exagero, que o Arquivo Ultramarino é um dos arquivos que menos oferecem dificuldades ao pesquisador brasileiro.

Uma relação de inventários e catálogos foi publicada por Caio Boschi em *Roteiro sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da história do Brasil*. Este livro é, aliás, um indispensável guia para todo historiador brasileiro. Além de arrolar todos os arquivos portugueses, ele fornece uma excelente visão panorâmica de cada um deles, citando e-xaustivamente os instrumentos de pesquisa disponíveis.

Quanto à conservação, cumpre notar que os documentos estão, de modo geral, em bom estado. Dominada as técnicas de paleografia, a leitura não apresentará maiores dificuldades. É facultada a consulta do documento original, à exceção daqueles muito danificados, os quais deverão ser examinados nas máquinas leitoras de microfilmes, existentes na sala de consulta.

Para o estudioso compulsivo o horário de funcionamento parecerá demasiado reduzido. Funciona apenas no período vespertino das 13:30 às 19:00 horas. Uma boa dica é aproveitar as manhãs para consultar os inventários, existentes também na Biblioteca Nacional, e seguir então para o Ultramarino. Ou ainda para aqueles que têm pouco tempo a perder, o ideal é a consulta prévia, ainda no Brasil, dos instrumentos de trabalho. Além de fornecer um inventário cuidadoso, esses índices podem eventualmente mencionar a documentação publicada. Aliás, o acervo referente ao Brasil encontra-se em grande parte publicado em edições esparsas, como é o caso da documentação relativa a Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Recentemente os documentos sobre a história de Minas Gerais

foram microfilmados com o objetivo de serem transferidos para o Rio de Janeiro.

Ao pesquisador estrangeiro é exigido o passaporte e uma fotografia para que seja feita uma carteirinha de usuário, a qual o habilitará a ter pleno acesso à documentação. Em caso de dúvidas, o pesquisador poderá contar ainda com o auxílio dos funcionários, sempre muito solícitos e eficientes. Aliás, os “rapazes do Ultramarino”, como são chamados pelos brasileiros, atendem também à solicitação de reprodução de documentos, feitas através de microfimes, mesmo quando feita pelo correio. É claro que neste caso exige-se a correta indicação do material a ser reproduzido.

Finalmente, uma última sugestão para os que sonham em se aventurar pelo Ultramarino: não desperdice a oportunidade de conhecer os pesquisadores de todos os cantos do antigo império colonial português. Porque o Ultramarino é, hoje em dia, um dos únicos lugares do mundo em que podemos trocar idéias e informações com os colegas “lá do ultramar” - segundo a velha expressão portuguesa.

Bibliografia

BOSCHI, Caio C, 1996. *Roteiro sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da história do Brasil*. São Paulo, Arquivo do Estado.

BOXER, Charles R, 1973. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. São Paulo, Nacional-Edusp.

CAETANO, Marcelo, 1943. *Do Conselho Ultramarino ao conselho do Império*. Lisboa.

MELO, Evaldo Cabral de, 1995. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascastes: Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Companhia das Letras.

RAU, Virgínia, 1950. *Arquivos de Portugal: Lisboa. Actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Washington, Library of Congress-Vanderbilt University.